

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.573 - SP (2019/0101778-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON
PROCURADOR : MARIA BERNADETE BOLSONI PITTON E OUTRO(S) - SP106081
AGRAVADO : MERCADINHO EXPRESSO LTDA
ADVOGADOS : PAULO ARTHUR NORONHA ROESLER - SP252023
RAFAEL PINHEIRO LUCAS RISTOW - SP248605
MAURICIO CIVIDANES - SP314910

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon contra decisão que inadmitiu recurso especial ao argumento de incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 404-405).

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 299):

RECURSO DA EMPRESA AUTORA – Ação de anulação de ato administrativo de lançamento tributário - PROCON - Pretensão de anular o Auto de Infração e Imposição de Multa nº 57796, no valor de R\$ 31.424,87, por ter, supostamente, deixado de efetuar, no prazo legal, o registro eletrônico de determinados documentos fiscais, denominados Nota Fiscal Paulista - Sustentou que as operações seriam referentes a 19 notas fiscais, em valores de R\$ 4,05 a R\$ 57,88, e que, dessas, 13 teria havido mero atraso na prestação das informações, o que já teria sido regularizado - Sentença de improcedência - Inconformismo da empresa autora - Hipótese em que as multas foram lavradas de acordo com o disposto na Lei Estadual n. 12.685/07 - Multas exageradas aplicadas pelo PROCON no valor de R\$ 31.424,87 (fls. 33) em razão da falta de registro eletrônico de documentos fiscais e, mesmo com registro extemporâneo não tem o condão de anular o auto de infração - Presunção de legalidade, legitimidade e veracidade de que goza o ato administrativo não ilidida – Valor financeiro envolvido que está no patamar de R\$ 100,00 (cem reais) – Multa mantida, no entanto, limitada a 5% do valor original – Razoabilidade e proporcionalidade que atende ao padrão legal.

Alega a parte insurgente contrariedade aos arts. 1.022, I e II, parágrafo único, II, e 489, § 1º, II, IV, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido foi omissivo e contraditório sobre questões essenciais ao deslinde da controvérsia.

Aduz, ainda, que houve violação do art. 57, *caput* e parágrafo único, do

Código de Defesa do Consumidor, visto que não é possível a redução do valor da multa aplicada pela recorrente, que fora fixada consoante os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Por fim, defende que a redução da multa determinada contraria o princípio da separação dos poderes previsto no art. 2º da Constituição Federal, porquanto a fixação do valor a título de multa, bem como a sua redução, é competência exclusiva do Poder Executivo.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 474-482).

É o relatório.

Registro, de início, não acolher a tese de violação dos arts. 1.022, I e II, parágrafo único, II, e 489, § 1º, II, IV, do CPC/2015, porquanto o acórdão impugnado fundamentou claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade ou contradição do aresto. O fato de a Corte de origem haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura nenhum vício passível de exame em embargos de declaração.

É fundamental, ainda, que os argumentos desenvolvidos pela parte interessada demonstrem omissão relevante para a solução da controvérsia, apta a ensejar, no entender desta Corte, a nulidade do julgado. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACP. PRETENSÃO DE REGULARIZAÇÕES FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA, COM REASSENTAMENTO DE MORADORES, REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS. IRRESIGNAÇÃO INTERNA APRESENTADA CONTRA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO ARESP, FORTE NA AUSÊNCIA DE NULIDADE DO ACÓRDÃO DOS ACLARATÓRIOS, NA HARMONIA ENTRE O JULGADO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E NA AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DO NECESSÁRIO COTEJO ANALÍTICO, NO TOCANTE À DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ALEGADA. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para o acolhimento da alegação de nulidade do acórdão dos Aclaratórios deve a parte recorrente demonstrar a relevância da omissão, o prejuízo jurídico experimentado, dentre outros requisitos (AgRg no AREsp. 237.587/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 6.12.2012), elementos não constantes do Apelo Raro, da parte agravante.

[...]

4. Agravo Interno do Estado do Rio Grande do Sul a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 608.721/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 9/3/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. REINTEGRAÇÃO. OFENSA AO ART. 557 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DO FEITO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 557 do CPC/1973 alegada pela parte agravante, tendo em vista que a questão suscitada encontra óbice na Súmula 7/STJ, sendo o recurso especial, por conseguinte, manifestamente inadmissível. Ainda que assim não fosse, é de se ressaltar que fica superada eventual ofensa ao referido dispositivo legal, pelo julgamento colegiado do agravo regimental interposto contra a decisão singular do Relator. Precedentes.

2. Inexiste violação aos arts. 458, II e 535, II, do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal *a quo* apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que o embasam.

[...]

Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.595.272/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/6/2016, DJe 8/6/2016)

No tocante à redução do valor da multa, o Tribunal de origem resolveu a controvérsia no seguintes termos (e-STJ, fl. 309):

Ressalta-se, por oportuno, que o valor da multa é devido, porém, devendo ser reduzida para 5% do valor original, isto é, para R\$ 1.571,24, em obediência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista que as vendas foram realizadas sob valores ínfimos, no patamar de R\$ 100,00 (cem reais) (fls. 35/40).

Assim, para afastar a orientação a que chegou a instância ordinária, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar a pretensão recursal a fim de restabelecer o valor da multa aplicada, como sustentado neste recurso, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos. A providência mostra-se inviável na via especial, conforme entendimento assentado na Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." O entendimento é igualmente aplicável quanto à interposição do recurso por divergência jurisprudencial. Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. PROCON. MULTA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. HONORÁRIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 07/STJ. INCIDÊNCIA. ART. 57 DA LEI N. 8.078. OFENSA MERAMENTE REFLEXA. NÃO CONHECIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III - Rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou a razoabilidade e a proporcionalidade da multa aplicada e quanto ao valor fixado a título de honorários de sucumbência, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

IV - Consoante pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, a, da Constituição da República, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos e instruções normativas. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial quanto à alegação de ofensa ao art. 57, da n. 8.078/90, porquanto esta ocorreria apenas de forma reflexa.

V - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1.708.400/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/8/2019, DJe 14/8/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator